



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO, através do site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO		
OBJETO DA LICITAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL, COM A FINALIDADE DE ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA -SEMINFRA.	
VALOR ESTIMADO R\$	800.000,00 (Oitocentos Mil Reais).	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR VALOR DO ITEM.	
MODO DE DISPUTA	ABERTO.	
PORTAL DE LICITAÇÕES	https://www.licitanet.com.br/	
SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO	https://ouopretodooeste.ro.gov.br/	
PREGÃO EXCLUSIVO ME/EPP	SIM (Lotes 02, 04, 05 a 09) – Lotes 01 e 03 (ampla participação).	
REGIME DE EXECUÇÃO	SISTEMA DE REG. DE PREÇOS	PREGÃO EXCLUSIVO ME/EPP
MENOR PREÇO UNITÁRIO	SIM	SIM (Lotes 02, 04, 05 a 09)
Conforme Decreto Municipal nº 10.811, de 12 de julho de 2017: “Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”		
FUNDAMENTADO NO § 3º DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, COMBINADO COM O DISPOSTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 10.811 DE 12 DE JULHO DE 2017, ALTERADO PELO DEC. 10.961, DE 02/10/2017, FICA ESTABELECID A PREFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM OURO PRETO DO OESTE OU REGIONALMENTE, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) ACIMA DO MELHOR PREÇO VÁLIDO. I – A PRIORIDADE SERÁ PARA ME/EPP SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE – RO; II – Não havendo ME e EPP sediadas no Município de Ouro Preto do Oeste, a prioridade poderá ser dada às empresas localizadas no ÂMBITO REGIONAL, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO.		

DATA DE ABERTURA DO PREGÃO	12 DE NOVEMBRO DE 2024.
HORÁRIO DE ABERTURA (BRASÍLIA-DF)	09 HORAS.

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Declarações (Modelo Unificado).
ANEXO III	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO IV	Minuta da ARP

1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES

1.1. A descrição completa do objeto, quantidades, valor unitário de referência, total estimado, prazo de entrega e demais informações norteadoras da licitação estão incluídas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

- 1.2.** A licitação será dividida em itens/lotos, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotos forem de seu interesse.
- 1.3.** Todas as Pesquisas/Cotações de Preços, orçamentos, valores prévios e demais cálculos são de inteira responsabilidade dos setores que os efetuaram, não cabendo qualquer ônus ou responsabilidade ao Pregoeiro e equipe, por eventuais inconsistências.
- 1.4.** O edital se encontra a disposição no site www.licitanet.com.br, no Portal da Transparência do Município (ouropretodoeste.ro.gov.br) e no PNCP. A sessão pública será realizada através do site www.licitanet.com.br sendo considerado para todos os efeitos o horário de Brasília – DF. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.
- 1.5.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- 1.6.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;
- 1.7.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos pela plataforma;
- 1.8.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 1.10.** O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.
- 1.11.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital.
- 2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Para os itens cujo valor seja de até 80.000,00, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6.1. Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito **regional (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO)**, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no decreto municipal nº 10.811 de 12 de julho de 2017, alterado pelo dec. 10.961, de 02/10/2017, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.6.2. Nas licitações mistas (com lotes/itens exclusivos para participação das microempresas ou da empresa de pequeno porte e lotes para ampla participação) a prioridade será aplicada apenas nos lotes reservados para contratação exclusiva de microempresa ou da empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos itens/lotos exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/ lote;

3.6.2. Nos itens/lotos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Menor valor por ITEM (ou lote, quando for o caso);

4.1.2. Marca/Modelo (quando for possível identificar por marca e modelo);

4.1.2.1. Tratando-se de serviços, poderá o licitante inserir a palavra SERVIÇOS no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela;

4.1.3. Fabricante;

Obs¹: Para melhor análise da PROPOSTA FINAL, em alguns casos, poderá ser solicitado que o licitante vencedor encaminhe a proposta acompanhada de folders/prospecto/catálogo/vídeo etc., ou outros meios que contenham as especificações dos objetos ofertados (quando for o caso).

4.1.4. Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário **do item**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR;

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Editais de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.1. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá apresentá-lo no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte;**

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. Empresas brasileiras;

5.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20.2.5. Sorteio, realizado de forma automática, pela plataforma eletrônica (Licitanet).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.21.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/10presen/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/10presen/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s)





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (Unificada) emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais – Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- b) Certidão de Regularidade quanto aos Débitos com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão de Regularidade quanto aos com a Fazenda Municipal;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT; para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A;

7.1.2. As certidões que não indicarem expressamente em seu conteúdo, o prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro, se emitidas nos últimos 120 (cento e vinte) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, poderá ficar condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;

7.1.3. Relativos à habilitação jurídica e qualificação técnica;

7.1.4. HABILITAÇÃO JURIDICA

Registro Comercial, no caso de empresa individual;

- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

7.1.5. RELATIVOS Á QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, TÉCNICA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

a) Certidão Negativa **Falência** e/ou **Concordata** ou de **Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede da licitante.

a.1) Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório”. (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

b) **BALANÇO PATRIMONIAL** e demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios sociais** (conf. Art. 69 da Lei nº 14.133/2021). Os balanços deverão ser autenticados ou registrados na Junta Comercial. É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data fixada de apresentação da Proposta de Preço.

- Todas as peças contábeis deverão ser assinadas pelo contador responsável ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

- Empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura;

- A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial:

LG (Liquidez Geral) =	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO
SG (Solvência Geral) =	ATIVO TOTAL
	PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO
LC (Liquidez Circulante) =	ATIVO CIRCULANTE
	PASSIVO CIRCULANTE

- Comprovação do capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.1.6. HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1.6.1. Conforme consta no item 14, do Termo de Referência.

7.1.7. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial;

7.1.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no portal de licitações e no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

(IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. *Os arquivos ref. a documentação de habilitação, quando solicitados, devem ser anexados na Plataforma de*





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

Licitações, **no formato PDF (modo retrato) e deverão ser inseridos SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

❖ FAVOR NÃO INSERIR OS DOCUMENTOS EM UM ÚNICO ARQUIVO, A NÃO SER QUE ESTEJAM EXATAMENTE NA ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO.

1	PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.
2	ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br .
3	DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.
5	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;
6	CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.
7	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).
8	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.
9	CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).
10	BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (conf. Item 7.1.5, letra b, deste edital)
11	DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL OU EMITIDA PELO SISTEMA)
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (conforme item 14 do TR)	
12	Certificado de Inscrição, no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM
13	Certificação fitossanitária das mudas, emitida por órgão competente.
14	Atestado de Capacidade Técnica.

OBS: As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

- 8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra (quando exigido);
- 9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5.** Fraudar a licitação
- 9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (Quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, pelo portal de licitações: <https://www.licitanet.com.br/>, em campo específico.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.4. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório. Decidido (s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor.

13. DO CONTRATO REPRESENTADO PELA NOTA DE EMPENHO

13.1. O Termo de Contrato poderá ser substituído por Nota de Empenho, com fundamento no art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultarão obrigações futuras.

13.2. A Secretaria responsável pelo processo administrativo, logo após a emissão da nota de empenho, enviará ao(s) adjudicatário(s) uma via desse documento, juntamente com a ordem de entrega correspondente ao(s) lote(s) que lhe foram adjudicados e cujo(s) produto(s) foi(ram) aprovado(s).

14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS / PREST. SERVIÇOS e GARANTIA

14.1. Conforme indicado no Termo de Referência.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A comprovação do recebimento do material ou serviços e a fiscalização do contrato (quando houver), será de responsabilidade do Gestor responsável pela Unidade Administrativa, Comissão específica ou servidor designado pela autoridade competente para esta finalidade e conforme especificado no Termo de Referência/Contrato.

15.1.2. A fiscalização da execução dos materiais/serviços adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência dos materiais/serviços, com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

15.1.2. A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s)/serviços podendo rejeitar, no todo ou em parte, o que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

15.1.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das programações orçamentárias indicadas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. Conforme especificado no Termo de Referência.

17.2. O pagamento será efetuado após a comprovação de cumprimento das exigências especificadas no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

18.1. DA CONTRATADA:

18.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

18.1.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

18.1.3. Proceder a entrega dos itens, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso, número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente, para conferência;

18.1.4. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação.

18.1.5. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;

18.1.6. Atender prontamente às solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

18.1.7. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos itens, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;

18.1.8. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;

18.1.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

18.1.10. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

18.1.11. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

18.1.12. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução/entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

18.1.13. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

18.1.14. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

18.1.15. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

18.1.16. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

18.1.17. É de responsabilidade da contratada refazer por sua conta, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos rejeitados, não aceitos, por má execução ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente.

18.1.18. Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficará a cargo exclusivo da contratada, não sendo reembolsável pelo Município.

18.1.19. A contratada deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; nº do telefone fixo e celular; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência do contrato ou da ARP.

18.1.20. A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ARP, observado os limites de quantidades estipulados.

18.2. DA CONTRATANTE:

18.2.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos itens, objeto da aquisição;

18.2.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no TR, Ata de Registro de Preços e contrato;

18.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto ou da prestação dos serviços;

18.2.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

18.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

18.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

18.2.7. Aplicar à Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência, contrato e na legislação pertinente, quando for o caso.

19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Conforme Minuta de Contrato (quando houver).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado ao pregoeiro, proceder, em qualquer fase da licitação, às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.1. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

20.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.

21. DO FORO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer dúvidas referente a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouro Preto do Oeste/RO, setembro de 2024.

Fabio Aparecido Ferreira da Silva,
Assessor Especial da SEMINFRA

Juan Alex Testoni
Prefeito





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se do SRP – Sistema de Registro de Preços, com intenção de eventuais contratações de empresa especializada em fornecimento de **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** com a finalidade de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura -SEMINFRA, pelo período de 12 (doze) meses, a partir da publicação da ata na imprensa oficial do Município.

1.2. O presente Termo de Referência tem por objeto a eventual aquisição de **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL**, a aquisição das mudas clonais de cacau e café é uma iniciativa estratégica e essencial para o sucesso dos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro". Com isso, o município de Ouro Preto está investindo no futuro da sua agricultura, investir em clones de alta qualidade permitirá que os agricultores locais aumentem sua produtividade e competitividade, promovendo o desenvolvimento sustentável da região. Este esforço conjunto não apenas fortalecerá a economia local, mas também posicionará Ouro Preto como um modelo de inovação e excelência agrícola. Objetivos da Aquisição de Mudas de Café e Cacau Clonal teve nos últimos anos grandes avanços, o objetivo da Administração é fornecer as mudas certificadas e produtivas aos agricultores familiares. Essas mudas são devidamente identificadas, vigorosas, apresentam boa soldadura da enxertia e são livres de anomalias fisiológicas. Além disso, são apropriadas para o plantio, possuem sanidade certificada contra fungos, bactérias, vírus e insetos. Tais mudas beneficiarão diretamente os agricultores familiares do município. A introdução de novas cultivares e a aplicação de tecnologia proporcionarão um aumento substancial na produção e produtividade. Isso não só fortalecerá a agricultura local, mas também impulsionará o crescimento econômico sustentável da região.

1.3. Para a aquisição deste objeto está sendo empregada a modalidade de licitação denominada PREGÃO Eletrônico para futura e eventual aquisição de **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** para o período de doze (12) meses, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COD. ITEM	UNID	QUANT	VALOR UNIT. R\$	TOTAL R\$
01	MUDAS DE CACAU CLONAL - CLONE CCN51. AMPLA PARTICIPAÇÃO	599.002.003	UNID	37.500	6,50	243.750,00
02	MUDAS DE CACAU CLONAL - CLONE CCN51. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	599.002.003	UNID	12.500	6,50	81.250,00
03	MUDAS DE CACAU CLONAL - CLONE PS1319. AMPLA PARTICIPAÇÃO	599.002.004	UNID	37.500	6,50	243.750,00
04	MUDAS DE CACAU CLONAL - CLONE PS1319. EXCLUSIVO PARA ME/EPP	599.002.004	UNID	12.500	6,50	81.250,00
05	MUDAS DE CAFÉ CLONAL - CLONE 08	599.002.006	UNID	20.000	1,50	30.000,00
06	MUDAS DE CAFÉ CLONAL - CLONE AS02.	599.002.007	UNID	20.000	1,50	30.000,00
07	MUDAS DE CAFÉ CLONAL - CLONE 25	599.002.008	UNID	20.000	1,50	30.000,00
08	MUDAS DE CAFÉ CLONAL - CLONE LB15.	599.001.009	UNID	20.000	1,50	30.000,00
09	MUDAS DE CAFÉ CLONAL - CLONE R22	599.002.010	UNID	20.000	1,50	30.000,00
VALOR TOTAL R\$						800.000,00
INTERVALO MIN. DE LANCES R\$						0,02





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

OBS: A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

ITENS 01 e 03 – Abertos à ampla participação

ITENS 02, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 – Exclusivos para ME/EPP

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos, encontra-se pormenorizada no DFD, e demais documentos que instruem o processo Administrativo 3225/GRP/2024.

2.2. O objeto da contratação não está no Plano anual de Contratação.

O município ainda não regulamentou e publicou o Plano Anual de Contratações (PCA) e está em processo de capacitação para sua correta implementação. As secretarias já estão tomando providências para que, no próximo exercício, todas as contratações estejam devidamente alinhadas e incluídas no PCA. Este esforço inclui a elaboração de um cronograma detalhado, a definição de prioridades e a identificação das necessidades de cada Secretaria.

Diante do exposto, a não inclusão desta contratação no PCA atual é justificada pela ausência de regulamentação e publicação do plano, o processo de capacitação em andamento. As providências necessárias estão sendo tomadas para que, no próximo exercício, todas as contratações estejam devidamente alinhadas e regulamentadas pelo PCA, garantindo assim a eficiência e a transparência dos processos de aquisição no município.

2.3. JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (DAADR) da Secretaria Municipal de Infraestrutura da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO, através dos Programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro", busca promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região. Para atingir esse objetivo, é essencial a aquisição de mudas de cacau clonal e mudas de café clonal, que serão distribuídas entre os pequenos agricultores cadastrados nos referidos programas.

A aquisição de mudas clonais de alta qualidade é essencial para enfrentar desafios e promover uma transformação positiva no setor agrícola local. Essas mudas são geneticamente melhoradas e oferecem maior resistência a pragas e doenças, melhor adaptação às condições climáticas da região e maior produtividade. Além disso, a introdução dessas mudas pode incentivar a adoção de práticas agrícolas mais modernas e sustentáveis, resultando em inúmeros benefícios.

- **Aumento da Produtividade Agrícola:** As mudas clonais de cacau e café são geneticamente melhoradas para oferecer maior produtividade e qualidade. Isso permitirá que os agricultores familiares obtenham rendimentos mais elevados, aumentando a eficiência e sustentabilidade de suas operações agrícolas.
- **Sustentabilidade Econômica e Social:** A aquisição das mudas contribuirá para a geração de renda e estabilidade econômica dos agricultores familiares. Com maior produtividade e qualidade, os produtos terão maior valor de mercado, o que fortalecerá a economia local e melhorará as condições de vida das famílias rurais.
- **Desenvolvimento Rural e Inclusão Social:** A distribuição das mudas entre pequenos agricultores cadastrados nos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro" garantirá uma distribuição equitativa e eficaz, promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar e a inclusão social.
- **Práticas Agrícolas Sustentáveis:** A introdução de mudas clonais promoverá práticas agrícolas mais sustentáveis, incluindo o uso reduzido de pesticidas e fertilizantes químicos, e o manejo sustentável do solo e da água. Isso contribuirá para a preservação ambiental e a sustentabilidade a longo prazo.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

- **Capacitação e Transferência de Tecnologia:** A iniciativa inclui a capacitação dos agricultores em técnicas de cultivo modernas e sustentáveis. Isso promoverá a inovação e a transferência de tecnologia, fortalecendo a base técnica e o conhecimento dos produtores locais.

Para assegurar que a aquisição atenda aos objetivos propostos, foram estabelecidos critérios rigorosos de qualidade para as mudas.

Certificação Fitossanitária: As mudas devem possuir certificação que ateste sua sanidade.

Características dos Clones: As mudas devem corresponder aos clones especificados (cacau CCN51 e PS1319, café 08, AS2, 25, LB15, R22) com as características genéticas garantidas.

Vistoria Técnica: As mudas serão vistoriadas por técnicos especializados do DAADR antes da aceitação.

A aquisição das mudas será realizada através de licitação, com o objetivo de garantir transparência e competitividade.

Garantia de Homogeneidade: Assegura que todas as mudas adquiridas sejam da mesma qualidade e padrão.

Melhores Condições Comerciais: Permite a negociação de melhores preços e condições de pagamento.

Para garantir o sucesso da aquisição e a qualidade das mudas, serão adotadas medidas de mitigação de riscos, conforme detalhado no Mapa de Risco, parte integrante do processo administrativo.

Ações Preventivas: Seleção criteriosa de fornecedores e inspeções rigorosas aos fornecedores das mudas.

Para definir a quantidade necessária de 100 mil mudas de cacau clonal e 100 mil mudas de café clonal, foi realizada uma análise detalhada com base nas demandas dos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro", que visam apoiar pequenos agricultores.

No programa "Cacau de Ouro", que prevê a doação de até 1.000 mudas por propriedade e CPF cadastrado, identificou-se que 200 famílias de pequenos agricultores estão aptas a receber essas mudas. A média de solicitação por família foi de 500 mudas, resultando em um total de 100 mil mudas (200 famílias x 500 mudas). Este quantitativo foi dividido equitativamente entre os clones CCN51 e PS1319, com 50 mil mudas de cada clone.

De maneira similar, no programa "Café de Ouro", que doa até 3.000 mudas por propriedade e CPF cadastrado, foi verificado que 100 famílias necessitam dessas mudas, com uma média de solicitação de 1.000 mudas por família. Multiplicando pelo número de famílias (100 famílias x 1.000 mudas), chegou-se ao total de 100 mil mudas. Estas foram distribuídas de forma igualitária entre os clones 08, AS2, 25, LB15 e R22, com 20 mil mudas de cada clone.

Esses cálculos foram realizados com base nas reais necessidades dos agricultores cadastrados, garantindo uma distribuição justa e eficiente das mudas, o que contribui diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar em nosso município. Tal metodologia assegura que os recursos sejam alocados de forma adequada, promovendo o desenvolvimento sustentável e competitivo dos pequenos produtores locais.

Justificativa para Registro de Preço:

Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência do fornecimento do item com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. O registro de preços garante flexibilidade e eficiência no atendimento das necessidades dos produtores, assegurando que as mudas sejam plantadas nos momentos ideais, maximizando os benefícios para os programas e promovendo o desenvolvimento econômico e social sustentável no município.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

Dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis: Ao utilizarmos o pregão eletrônico com o sistema de registro de preços, pretendemos trazer os seguintes resultados para o órgão:

1. Economicidade:

- a) Redução de gastos desnecessários: a modalidade permite que a compra seja efetuada apenas quando houver necessidade, evitando gastos desnecessários, uma vez que a Administração não se obriga a adquirir todo quantitativo registrado (art. 83 da Lei 14.133/2021);
- b) Padronização dos bens e serviços: facilidade de padronização dos bens e serviços adquiridos, o que pode levar a uma maior eficiência operacional e economia;

2. Recursos Humanos:

- a) Otimização dos recursos humanos: redução da necessidade de processos licitatórios individuais para cada compra.

3. Recursos Materiais:

- a) Redução do estoque: uma vez que a contratação será realizada apenas quando houver necessidade, o estoque será reduzido e, conseqüentemente, os custos de armazenamento e dos riscos de perda de produtos por obsolescência ou deterioração;

4. Recursos Financeiros:

- a) Desnecessidade de previsão orçamentária imediata: a utilização do SRP não exige que a Administração Pública faça uma previsão orçamentária imediata no momento da licitação. Isso ocorre porque a contratação só é efetivada quando se torna necessária, permitindo assim maior flexibilidade e eficiência no uso dos recursos financeiros disponíveis;
- b) Agilidade nas contratações: na eventual necessidade de contratações futuras, a Administração pode contratar os bens de forma mais rápida, poupando tempo e recursos financeiros, já que o fornecedor está previamente escolhido e os preços definidos

Desta forma, dada a sólida motivação, a licitação por meio de Pregão Eletrônico, através de Registro de Preço, se confirma de forma cristalina como a mais adequada, tanto por proporcionar a ampliação da competitividade, com a consequente obtenção da proposta mais vantajosa no certame, quanto por questões de economia de escala.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP NO ITEM.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A aquisição será procedida por meio de licitação, pela modalidade Pregão Eletrônico, fundamentada no inciso XLI do art. 6º e §2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, que institui normas para licitações e contratos administrativos, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns.

4.2. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório é justificada pela celeridade em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos para a Administração, em razão da probabilidade de os licitantes reduzirem preços durante a disputa licitatória, conforme inciso VIII, art. 18, da Lei nº 14.133/21.

4.3. O objeto é classificado como bem comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e executada por grande número de empresas e Instituições do mercado.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

4.4. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento.

4.5. Sustentabilidade:

4.5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos definidos no ETP e sempre que possível, atender ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na aquisição de bens e produtos:

4.6. Indicação de Marcas e Modelos

4.6.1. Na presente contratação, deverá ser indicada a marca e o modelo (sempre que possível), do produto ofertado.

Obs: Para melhor análise em alguns casos, poderá ser solicitado que o licitante vencedor encaminhe a proposta acompanhada de folders/prospecto/catálogo/vídeo etc., ou outros meios que contenham as especificações dos objetos ofertados (quando for o caso).

4.7. Da Exigência de Amostras

4.7.1. Não se aplica

4.8. Da Subcontratação

4.8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Condições de Entrega:

5.1. O prazo de entrega das mudas de café e cacau clonal e de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma integral:

Local de Entrega	Endereço	Dias e horários
O transporte das mudas será por conta da equipe do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - DAADR/SEMINFRA, que buscará as mudas no endereço da empresa vencedora e as transportará até o Almoxarifado Central do Município. No Almoxarifado Central, as mudas serão submetidas a uma avaliação e constatação final pelos servidores responsáveis, para assegurar a conformidade com os critérios de qualidade exigidos.		
Com a liberação dos servidores do Almoxarifado Central, as mudas seguirão para entrega direta aos pequenos produtores, cadastrados nos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro". Este processo minucioso garante que as mudas distribuídas, sejam de alta qualidade, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.		

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas imediatamente para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A entrega das mudas de cacau e café será realizada pelas empresas vencedoras do processo de licitação, com um rigoroso controle de qualidade. A equipe do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - DAADR/SEMINFRA da Prefeitura Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO, composta por técnicos especializados em cacauicultura e cafeicultura, irá até o endereço da empresa vencedora para vistoriar e avaliar a qualidade das mudas. Devido à importância da sanidade das mudas, somente empresas localizadas a até



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

200 km de distância da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO, poderão concorrer. Além disso, a empresa vencedora deverá fornecer a Permissão de Trânsito Vegetal até as propriedades fornecidas pelo Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - DAADR/SEMINFRA.

Após a avaliação inicial, a equipe do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - DAADR/SEMINFRA, buscará as mudas no endereço da empresa vencedora e as transportará até o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO. No Almoxarifado Central, as mudas serão submetidas a uma avaliação e constatação final pelos servidores responsáveis, para assegurar a conformidade com os critérios de qualidade exigidos. Somente após a aprovação dos servidores do Almoxarifado Central, será efetuado o pagamento à empresa fornecedora.

Com a liberação dos servidores do Almoxarifado Central, as mudas seguirão para entrega direta aos pequenos produtores, cadastrados nos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro". Este processo minucioso garante que as mudas distribuídas, sejam de alta qualidade, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

5.4. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pelo Almoxarifado, para fins de conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica devidamente datado e assinado.

5.5. Não serão recebidas as mudas divergentes da proposta apresentada (exceto em casos excepcionais, que seja expressamente aceito pela Secretaria demandante, devidamente justificado);

5.6. Após o recebimento provisório das mudas, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

5.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, com a mudas deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

5.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material.

5.9. As mudas fornecidas pela Contratada deverão ser de Primeira Qualidade. Sem indícios de fungos ou doenças ou características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas durante a sua utilização/aplicação.

5.10. Cópia do Renasem junto ao Ministério da Agricultura, habilitado como produtor e ou comercializador de sementes, conforme Art. 4º do Dec. 5.153, de 23 de julho de 2004.

5.11. Prova de inscrição, através da apresentação do Certificado de Inscrição, no Registro nacional de Sementes e Mudas – RENASEM, como produtor, comerciante, embalador ou reembalador de sementes e mudas.

5.12. Garantir que as mudas cheguem ao local indicado pela secretaria em ótimas condições é um passo crucial no processo de cultivo do café e cacau.

5.13. A entrega das mudas adquiridas será realizada pela equipe do Departamento de Agricultura, que se encarrega de buscar as mudas diretamente nos fornecedores e transportá-las até os produtores previamente cadastrados nos programas de doação do departamento. Essa estratégia é adotada devido à necessidade de emissão da Permissão de Trânsito Vegetal (PTV), a qual exige que as mudas sejam descarregadas no endereço final informado. Caso esse procedimento não seja rigorosamente seguido, os órgãos de fiscalização sanitária podem exigir uma nova permissão de trânsito e, em situações mais severas, determinar a destruição das mudas. Portanto, o processo de entrega direta, coordenado pela equipe do departamento, assegura a conformidade com as normas sanitárias vigentes, garantindo a legalidade e segurança da operação.

5.14. As mudas solicitadas serão utilizadas nas propriedades dos pequenos agricultores familiares cadastrados nos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro". Cada propriedade receberá as mudas conforme a necessidade





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

apresentada em suas solicitações, garantindo uma distribuição eficaz e equitativa, e promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

5.15. Requisitos Técnicos

- **Qualidade das Mudas**

As mudas de cacau clonal devem ser dos clones CCN51 e PS1319.

As mudas de café clonal devem ser dos clones 08, AS2, 25, LB15 e R22.

Todas as mudas devem estar livres de doenças e pragas, apresentando fitossanidade comprovada.

As mudas devem ter altura e estar em condições ideais para o plantio imediato.

- **Produção e Origem**

As mudas devem ser produzidas em viveiros certificados, com histórico comprovado de produção de qualidade.

Devem ser provenientes de regiões com condições climáticas e de solo semelhantes às do município, para garantir a adaptação.

As empresas deverão apresentar o Registro Nacional de Sementes e Mudas RENASEM.

- **Embalagem e Transporte**

As mudas devem ser embaladas de forma adequada para garantir sua integridade durante o transporte.

O transporte deve garantir a manutenção das condições ideais de temperatura e umidade.

5.16. Requisitos de Entrega

A entrega das mudas de cacau e café será realizada pelas empresas vencedoras do processo de licitação, seguindo um rigoroso controle de qualidade.

- **Vistoria Inicial**

A equipe do DAADR/SEMINFRA realizará uma vistoria no endereço da empresa vencedora para avaliar a qualidade das mudas antes do transporte.

- **Transporte das Mudas**

Após a avaliação inicial, a equipe do DAADR/SEMINFRA buscará as mudas no endereço da empresa vencedora e as transportará até o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

- **Avaliação Final**

No Almoxarifado Central, as mudas serão submetidas a uma avaliação final pelos servidores responsáveis para assegurar a conformidade com os critérios de qualidade exigidos.

Somente após a aprovação dos servidores do Almoxarifado Central será efetuado o pagamento à empresa fornecedora.

5.17. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.17.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.17.2. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade exigidos pelo órgão responsável em cada item especificado neste termo de referência, que deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para este município, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

5.17.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato (ou equivalente), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caso se trate de empenho ordinário, o contrato será substituído pela nota de empenho, nos termos do inciso II, do art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Caso a aquisição exija formalização contratual, deverão ser observadas as condições abaixo:

6.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

6.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.8. Fiscalização

6.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9. Fiscalização Técnica

6.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.10. Fiscalização Administrativa

6.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

6.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.11. Gestor do Contrato

6.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

6.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. As **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável do Almoxarifado Central e pelo acompanhamento e fiscalização do contrato (caso haja), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, com a utilização de assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica.

7.2. Após o recebimento provisório das **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL**, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada, pelo Almoxarifado Municipal, a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

7.3. As **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;

7.4.; O recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. Liquidação





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9. Pagamento

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até trinta (30) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária

9.3. Forma de pagamento

9.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

9.3.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.3.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.8. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

9.3.9. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.3.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.3.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3.13. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

9.3.14. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.3.15. A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;
- b) Se os materiais não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

9.3.16. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

9.3.17. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

9.3.18. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem

9.3.19. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do objeto do Presente Termo de Referência;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Fornecer as **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

10.2. Entregar as **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** contratados estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

10.3. Comunicar a CONTRATANTE, através do e-mail: almoxarifado.opo@hotmail.com, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** que antecedem o prazo de vencimento da entrega do objeto, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

10.4. Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação desta licitação.

10.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea “d” inciso II, art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Garantir a qualidade das **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** entregues, bem como substituir quaisquer mudas que não esteja dentro dos padrões de qualidade e conforme as condições previstas neste termo.

10.7. Encaminhar ao e-mail almoxarifado.opo@hotmail.com cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), Certidões de Regularidade Fiscal, Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista e de Falência.

10.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

10.9. Aceitar e retirar a Nota de Empenho, substituta do contrato, em até três dias após sua convocação.

10.10. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail para contato, ao qual a CONTRATANTE possa se reportar quanto à fiel execução do contrato ou seu equivalente e cuidar para que esse profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato ou seu equivalente.

10.11. Manter durante a execução do contrato e/ou empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o termo de referência e seus anexos.

11.2. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os materiais dentro das especificações exigidas neste termo de referência.

11.3. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor(es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

11.4. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

11.5. Conferir as **MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL** recebidos e as notas fiscais se eles estão de acordo com a nota de empenho.

11.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que ela possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

11.7. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

11.8. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste termo de referência.

11.9. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

11.10. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste termo de referência.

11.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica;

12.2 A proposta, que compreende a descrição dos produtos ofertados e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário), deverão ser compatíveis com o termo de referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.

12.3 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste termo e seus anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste termo de referência.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

13.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

13.2. Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e dos documentos pessoais do representante legal da empresa.

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

13.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

a) Cartão de CNPJ – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral com a previsão de atividades;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

d) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

f) **Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT** (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;

Obs: Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4. Qualificação Econômico-Financeira

13.4.1 A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido:

a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata**, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente. A certidão que não trouxer expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

b) **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, **caso se trate de pessoa física**, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

c) **Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais**, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes.

Os balanços deverão ser autenticados ou registrados na Junta Comercial. É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data fixada de apresentação da Proposta de Preço, conforme definida no preâmbulo deste edital.

- Todas as peças contábeis deverão ser assinadas pelo contador responsável ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

- Empresas constituídas há menos de 01 (um) ano deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura;

- A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial:

$$\text{LG (Liquidez Geral)} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO}}$$

$$\text{SG (Solvência Geral)} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LC (Liquidez Circulante)} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- Comprovação do capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

14.1. Atestado (s) de capacidade técnica fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem ter a empresa prestado serviços similares aos do objeto desta contratação.

14.2. Cópia do RENASEM junto ao Ministério da Agricultura, habilitado como produtor e ou comercializador de sementes, conforme Art. 4º do Dec. 5.153, de 23 de julho de 2004. Prova de inscrição, através da apresentação do Certificado de Inscrição, no Registro nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, como produtor, comerciante, embalador ou reembalador de sementes e mudas.

14.3. Certificações - O fornecedor deve apresentar certificação fitossanitária das mudas emitida por órgão competente.

14.4. Conformidade Técnica - As propostas serão avaliadas quanto à conformidade técnica com os requisitos especificados.

14.5. Experiência e Capacidade do Fornecedor - A experiência e a capacidade do fornecedor serão avaliadas com base nas referências e certificações apresentadas.

14.6. Requisitos de Elegibilidade das Empresas - Devido à importância da sanidade das mudas, **somente empresas localizadas a até 200 km de distância da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO poderão concorrer.** Além disso, a empresa vencedora deverá fornecer a Permissão de Trânsito Vegetal até as propriedades fornecidas pelo DAADR/SEMINFRA.

15. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

15.1 Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente termo de referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

15.2 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar desclassificação da empresa.

15.3 Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos arts. 62 ao 70, da Lei 14.133/2021.

15.4. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a)** Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b)** Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- c)** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d)** Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do art. 46, da Lei nº 8.443/1992, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;
- e)** Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021;
- f)** Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- g)** Que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara);
- h)** Estrangeiras que não funcionem no País;
- i)** Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

15.5. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a)** Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;
- b)** de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

15.5.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

15.6. Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.

16. PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame, execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 16.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 16.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.4. A sanção prevista na alínea a do item 16.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 16.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.5. A sanção estabelecida na alínea “c” do item 16.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Autarquia, ou seja, do Diretor Geral.

16.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 16.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "d" e "e" do mesmo item 16.2 deste Instrumento.

16.7. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

16.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.9. Na aplicação da sanção prevista nas alíneas "d" e "e" do item 16.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 deste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.11. A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" do item 16.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do art. 158 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021.

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela DO ITEM 01. O custo estimado foi apurado com base no resultado das pesquisas de preço de mercado visando garantir uma análise abrangente e criteriosa das opções disponíveis no mercado. A estimativa foi calculada por meio dos valores unitários concedidos pelos fornecedores, conforme quadro comparativo ID **987211**.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura - SEMINFRA
PROGRAMAÇÃO	20.606.0023.2073.0000
ELEM. DE DESPESAS	3.3.90.30.00
FONTE DE RECURSOS	Próprio
FICHA Nº	351

19. INFORMAÇÕES

19.1. Secretaria Municipal de Infraestrutura **SEMINFRA**;

20. ORGAOS NÃO PARTICIPANTES

20.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações vinculadas ao Governo Municipal, ou qualquer outro órgão, desde que observadas as previsões contidas nas legislações pertinentes, mediante, ainda, consulta ao Órgão Gerenciador;

20.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

20.3. As aquisições adicionais não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, permitindo-se a adesão desde que, ao todo, contadas todas as adesões, não se ultrapasse o referido percentual do valor inicialmente licitado e registrado na ata originária, observado ainda, o prazo de sua vigência;

20.4. Caberá ao órgão que se utilizar da Ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço

21. DA REVISAO DOS PREÇOS

21.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses;





Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

21.2. Os preços não sofrerão reajuste durante a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo nas condições previstas no **subitem 21.3, alínea “b”**;

21.3. Os preços registrados só poderão ser revistos em decorrência de:

- a) Redução daqueles praticados no mercado; ou
- b) Fato superveniente que eleve o custo dos bens registrados.

21.4. Na hipótese do **subitem 21.3, alínea “a”** acima, a Contratante convocará a empresa registrada/Contratada para negociação a fim de obter a redução dos preços registrados, liberando-a do compromisso caso a negociação seja frustrada, situação em que serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

21.5. Na hipótese do **subitem 21.3, alínea “b”** acima, caso a Contratada comprove, fundamentadamente, a impossibilidade de manter o preço registrado, a Contratante poderá liberá-la do compromisso assumido, se a comunicação da Contratada ocorrer antes do recebimento da Nota de Empenho.

21.6. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, a ser feita, através de notas fiscais de aquisição do objeto, lista de preços de fornecedores, planilhas demonstrativas do custo dos produtos ou outros que demonstrem, indiscutivelmente, a elevação do custo do objeto;

21.7. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar a Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração;

21.8. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar os serviços pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

22. DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação na Imprensa Oficial do Município e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme autorização da Administração e aceite do fornecedor.

23. INFORMAÇÕES GERAIS

23.1. Este termo de referência tem como base legal a Lei nº 14.133/2021 – (Nova Lei de licitações e contratos);

23.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações e demais normas aplicáveis.

23.3. A existência de preços registrados não obriga a Contratante a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;

23.4. Fica a detentora ciente de que a assinatura da Ata de Registro de Preços implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento e dos ajustes dela decorrentes;

23.5. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Municipal nº 17.516/2024, Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições da Ata de Registro de Preços e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos;

23.6. A Adjudicação poderá ser para uma ou mais empresas que apresentar (em) a(s) proposta(s) de acordo com as especificações e ofertar(em) o menor preço total do(s) item(ns) cotado(s);

23.7. A conduta das empresas de negarem-se tácita ou expressamente de fornecer os materiais, deixando a Contratante desabastecida, configura, em tese, crime contra a economia popular, previsto no Art. 2º, inciso I, da Lei 1.521/1951.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

23.8. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3461-2416, ou na sede Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste –RO, na Secretaria Municipal de Planejamento SEMAD, Departamento de Sistema de Registro de Preço, situada na Avenida Daniel Comboni, nº 1156, Bairro Jardim Tropical, Ouro Preto do Oeste/RO, de segunda às sextas-feiras das 07h às 13h, ou através do e-mail: srp@ouopretodoeste.ro.gov.br.

24. DO FORO

24.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação e demais normas aplicáveis;

24.2. Fica eleito o foro da comarca de Ouro Preto do Oeste/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Fabio Aparecido Ferreira da Silva,
Assessor Especial da SEMINFRA

JUAN ALEX TESTONI
Prefeito





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

ANEXO II – DECLARAÇÕES (MODELO UNIFICADO)

NOME DA EMPRESA / CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO N. 87/2024

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021”

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II- Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estamos sob o regime de microempreendedor individual, **microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **(OBS: Declarar somente quando a empresa se enquadrar no regime de MEI, ME ou EPP).**

III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

IV - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

V - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VI - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VII - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VIII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XI - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

XII- DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

XIII- DECLARO estar ciente, conhecer e entender os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

OBS: poderá ser substituída pela Declaração emitida pelo Licitanet





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

LOGOTIPO DA EMPRESA (SE HOUVER)
NOME DA EMPRESA
CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO N. 87/2024

CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

- 1- A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação;
- 2- O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento;
- 3- A empresa se compromete a cumprir o prazo de entrega de todo o material/serviço, conforme consta no Edital e no Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

REPRESENTANTE / CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE / CPF:

ENDEREÇO, E-MAIL e TELEFONE (atualizados e em funcionamento).

COD. DO BANCO, Nº AGÊNCIA e CONTA BANCÁRIA, CHAVE PIX

LOCAL E DATA

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA

CONDIÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA:

- A proposta terá validade igual ou superior a 60 dias, a contar da data de encerramento da sessão eletrônica;
- **OBS: Poderá utilizar a Proposta Final emitida pelo Licitanet, assinada eletronicamente pelo responsável pela empresa.**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

ANEXO IV – MINUTA DA ARP 28/2024

Através deste instrumento, a Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n° 04.380.507/0001- 79, com sede na Avenida Daniel Comboni, n. 1156, Bairro Jardim Tropical, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Prefeito **JUAN ALEX TESTONI**, e as empresas identificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem, **REGISTRAR PREÇOS**, visando futuras e eventuais **A CONTRATAÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e nesta ARP, sujeitando-se as partes às normas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 16.951/2023.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo registro das propostas vencedoras, com intenção de eventuais **CONTRATAÇÃO DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX conforme estipulado no Termo de Referência.**

1.2. Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços, quantidades, identificação do fornecedor, especificação dos itens registrados, encontram-se indicados no anexo esta ARP.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. Os órgãos participantes desta ARP, constam no Termo de Referência, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO N° xxx/2024 e do Processo Administrativo nº xxxx/GRP/2024.

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ARP

4.1. Em observação ao disposto no Decreto Municipal 16.951/2023, a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;

4.4. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.5. Os órgãos participantes do Registro de Preços não estarão obrigados a adquirir os produtos e/ou serviços registrados, podendo utilizar outros meios legais para aquisição, resguardado aos detentores do registro de preços preferência em igualdade de condições.

4.6. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.6.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.

5. DA VIGÊNCIA DA ARP

- 5.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2.** Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, assinar a ata de registro de preços.
- 5.3.** Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência.
- 5.4.** No caso de exigência de garantia e/ou validade do produto, obedecerá às previsões do Termo de Referência.
- 5.5.** As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada (quando houver) ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.

6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

- 6.1.** Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é que será concedido realinhamento de Preços, observadas às disposições do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21
- 6.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, ou por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.
- 6.3.** O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.
- 6.4.** O Órgão Gerenciador do SRP monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.
- 6.5.** Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.
- 6.6.** Os preços registrados e realinhados serão publicados pelo órgão responsável pelo Registro de Preço.

7. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1.** Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:
- I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - II - Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - III - Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
 - 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- I- Por razão de interesse público;
 - II- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - III- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme Decreto nº 16.951/2023.

9.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

9.3. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será publicado pelo Órgão Gerenciador no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema E-PROC da Prefeitura Municipal de Presidente Médici, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no decreto municipal nº 40/2023.

10.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

10.3. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.4. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 16.951/2023.

10.5. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema **e-proc**, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, poderá ser verificado no SICAF e em outros meios se o



Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

adjudicatário mantém as condições de habilitação.

10.6. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

10.7. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

11.1. a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições cabíveis.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES - (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

- 1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;
- 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021): a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- a) as peculiaridades do caso concreto;
- b) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- c) os danos que dela provierem para o Contratante;
- d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

13.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, bem como o Decreto Municipal nº 16.951/2023, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão.

13.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

13.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

13.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

13.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

13.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso, bem como manter ativos seus canais de atendimento, assim como informar ao órgão/setor competente eventuais alterações de endereços (físicos ou eletrônicos) e telefone, sob pena de aplicação das



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

penalidades cabíveis;

13.6.1. Considerar-se-á recebido o e-mail enviado pela administração que não houver acusação de recebimento no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

13.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

13.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

13.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

13.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

13.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;

13.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;

13.13. Indicar e-mail, número de telefone e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficial do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação com ele.

13.14. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.

14. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

14.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

14.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;

14.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

14.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;

14.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

14.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

15. DO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS

15.1. A contratada, após a publicação da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial do município e receber a



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

Nota de Empenho, obriga-se a entregar os produtos / prestar os serviços empenhados, conforme requisições de fornecimento emitidas pelas secretarias, no prazo e endereço estipulados no Termo de Referência;

15.2. O quantitativo registrado será solicitado de forma parcelada, conforme as necessidades da Unidade Administrativa demandante, de acordo com requisição, através da nota de Empenho.

15.3. A apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, prazo de validade e outros, bem como o(s) risco (s) que apresenta (m) a saúde e a segurança dos usuários, **quando for o caso.**

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, no valor correspondente ao volume de produtos entregues no período, mediante a apresentação de nota fiscal, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir de efetuada e comprovada a entrega do material. A empresa deverá manter as Certidões Negativas da Justiça do Trabalho, Receita Federal, FGTS, Fazenda Estadual e Municipal atualizadas, podendo a Unidade Administrativa efetuar o pagamento em período inferior, de acordo com sua conveniência de controle e disponibilidade financeira.

16.2. Ocorrendo atrasos no pagamento das obrigações devidas, o valor correspondente à parcela poderá ser atualizado monetariamente pela variação da UPFM (Unidade Padrão Fiscal Municipal), ou outro índice de reajuste adotado pelo Município de Ouro Preto do Oeste, tomando-se como termo inicial a data da efetiva entrega e o termo final, a data do efetivo pagamento.

17. DO CADASTRO RESERVA

17.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos no § 2º, o gerenciador poderá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no Decreto Municipal nº 16.951/2023.

17.2. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

18.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

18.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis, **independente de transcrição.**

18.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa,



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 102/2024

Processo Administrativo n. 3225/GRP/2024

civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

18.6. A publicação do presente instrumento, na Imprensa Oficial Municipal, em extrato ou na íntegra, ficará a cargo do Órgão Gerenciador ou por qualquer outro designado pelo CONTRATANTE, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente;

18.7. Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.8. Por estarem justos e acordados, assinam a presente ata, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

18.9. Fica HOMOLOGADA esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com intenção de eventuais aquisições aos preços da (s) empresa (s) vencedoras do certame, conforme identificadas na relação anexa a esta Ata.

Ouro Preto do Oeste – RO, xxxx de 2024.

Juan Alex Testoni
Prefeito

OBS: Documento assinado eletronicamente.

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

(Representante / Nome / CNPJ)
Qualificada(s) no ANEXO ÚNICO desta Ata



[MINUTA DA ORDEM DE FORNECIMENTO]



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
PRAÇA DA LIBERDADE,
CNPJ :

Page 1

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº XXXX/XXXX

PROCESSO ADM. Nº XXX/XX

PREGÃO ELETRÔNICO XXXX /CEL/XX

Nº ATA XX/XX

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

NOTA DE EMPENHO XXXX

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CIDADE XXXXXXXXXXXXXXXX

CEP XXXXX-XXX

UF XX

CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX

FONE XX XXXXX-XXXX

EMAIL: _____

Por meio do presente fica a Empresa **CONVOCADA** para **FORNECIMENTO** dos Materiais/Serviços abaixo discriminados, em conformidade com o objeto descrito em sua Proposta Comercial, Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho.

QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT	VLR TOT.
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX,XX	XX.XXX,XX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX,XX	XX.XXX,XX
XX	XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX,XX	XX.XXX,XX

TOTAL DO PEDIDO **XX.XXX,XX**

Unid. Administrativa: SECRET. MUN. DE XXXXXXXXXXXXXXXX

Email _____

Centro de Custo: XXXXXXXX

Telefone: _____

Local de Entrega:

Prazo de entrega: Conforme Edital do **Processo nº Administrativo XXXX/SRP/XX Pregão Eletrônico XXX/CEL/XX**

Penalidades aplicáveis: Conforme Edital do **Processo nº Administrativo XXXX/SRP/XX Pregão Eletrônico XXX/CEL/XX**

Expedida em:

XX/XX/XX

Para todos os efeitos, considera-se o recebimento da Ordem de Fornecimento conforme especificado no Edital do Pregão Eletrônico **XXX/CEL/XX**, bem como, na Ata de Registro de Preços, previamente assinada pela contratada

Ordenador de Despesas



D: 9029059-00001875267AD



Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital de Pregão Eletrônico	nº 102/2024	21/10/2024

ID: 1029559	Processo	Documento
CRC: EF526F9D		
Processo: 1-3225/2024		
Usuário: Fabio Lopes Galdencio		
Criação: 21/10/2024 13:26:10	Finalização: 21/10/2024 13:27:15	

MD5: **5BA92DE9E7DD6C52C831A4155BC05343**

SHA256: **8EC7BD783945418DA050D4E3382261246E5784825B6D11EF34DC0A504E53F982**

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico nº 102/2024.

INTERESSADOS

ORGÃO GERENCIADOR DO SRP	OURO PRETO DO OESTE	RO	21/10/2024 13:26:10
--------------------------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

Aquisição de Mudan Clonais de Café e Cacau	21/10/2024 13:26:10
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	21/10/2024 16:10:55
--	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

 Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	21/10/2024 17:04:23
--	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 1029559 e o CRC EF526F9D.



ESTADO DE RORÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 3225/2024

2. INTRODUÇÃO

O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar é analisar os possíveis cenários para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura através do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (DAADR/SEMINFRA) que necessita adquirir mudas de cacau clonal e café clonal. Este documento descreve as necessidades e requisitos técnicos para a aquisição das mudas, com amparo legal nas Diretrizes abaixo;

- a) Constituição Federal;
- b) Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- d) LC 131/09 (Lei da Transparência);
- e) LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- f) Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 – Lei da Agricultura Familiar;
- g) Outras legislações existentes quanto ao assunto.

3. Descrição da necessidade

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (DAADR/SEMINFRA), identificou a necessidade de adquirir mudas de cacau e café clonal.

A solicitação é essencial para sustentar e expandir os programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro", que visam promover o desenvolvimento econômico e social da região, impulsionar a produção agrícola local, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas do cacau e do café.

Para atender a demanda identificada, conforme especificado no Documento de Formalização de Demanda, são necessárias as mudas de cacau clonal, divididas igualmente entre os clones CCN51 e PS1319, e as mudas de café clonal, distribuídas entre cinco clones específicos (08, AS2, 25, LB15 e R22).

O objetivo desta solicitação é impulsionar a produtividade e a qualidade da produção de cacau e café na região, contribuindo para a sustentabilidade e competitividade dos agricultores locais. Os programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro" têm como metas principais:

Aumento da Produtividade: Os clones selecionados são reconhecidos por sua alta produtividade e resistência a pragas e doenças, o que assegura uma colheita mais abundante e de qualidade superior. A introdução dessas mudas vai potencializar a produção de cacau e café, elevando o rendimento por hectare e, consequentemente, a rentabilidade dos pequenos produtores.

Sustentabilidade e Inovação: A adoção de mudas clonais contribui para a sustentabilidade da agricultura familiar, pois essas variedades demandam menos insumos químicos e são mais adaptadas às condições climáticas locais. Isso reduz os custos de produção e minimiza os impactos ambientais, promovendo uma agricultura mais sustentável e inovadora.

Fortalecimento da Economia Local: Com o incremento na produção de cacau e café, os agricultores familiares terão a oportunidade de acessar mercados mais amplos e rentáveis, fortalecendo a economia local. O aumento na renda das famílias agricultoras resulta em melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento socioeconômico da região.

Qualidade e Competitividade: Os clones de cacau CCN51 e PS1319, assim como os clones de café mencionados, são altamente valorizados no mercado por suas características sensoriais e qualidade intrínseca. A produção de cacau e café de alta qualidade aumenta a competitividade dos produtos locais em mercados nacional e





ESTADO DE RONÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

internacional, promovendo a marca de Ouro Preto do Oeste como sinônimo de excelência.

Capacitação e Assistência Técnica: A implementação dos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro" inclui a capacitação dos agricultores e a oferta de assistência técnica especializada, garantindo que as melhores práticas de cultivo sejam adotadas. Isso não apenas aumenta a eficiência produtiva, mas também capacita os agricultores a gerenciar seus negócios de forma mais eficaz.

Importância dos Clones Selecionados

- **Cacau Clonal (CCN51 e PS1319):** Esses clones são conhecidos por sua alta produtividade, resistência a doenças como a vassoura-de-bruxa e a monilíase, e pela qualidade superior dos grãos. A escolha desses clones visa maximizar a rentabilidade e a sustentabilidade das lavouras de cacau.
- **Café Clonal (08, AS2, 25, LB15 e R22):** A seleção desses clones de café foi baseada em critérios de resistência a pragas, adaptação às condições climáticas da região, e potencial produtivo. Cada clone possui características específicas que, em conjunto, garantirão uma colheita diversificada e de alta qualidade.

Conclusão: A aquisição das mudas clonais de cacau e café é uma iniciativa estratégica e essencial para o sucesso dos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro". Com isso, o município de Ouro Preto está investindo no futuro da sua agricultura, investir em clones de alta qualidade permitirá que os agricultores locais aumentem sua produtividade e competitividade, promovendo o desenvolvimento sustentável da região. Este esforço conjunto não apenas fortalecerá a economia local, mas também posicionará Ouro Preto como um modelo de inovação e excelência agrícola.

Prazo de Execução

As mudas solicitadas serão utilizadas nas propriedades dos pequenos agricultores familiares cadastrados nos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro". Cada propriedade receberá as mudas conforme a necessidade apresentada em suas solicitações, garantindo uma distribuição eficaz e equitativa, e promovendo o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

4. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - DAADR/SEMINFRA	Thiago Bortolo de Carvalho

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Requisitos Técnicos

- **Qualidade das Mudas**

As mudas de cacau clonal devem ser dos clones CCN51 e PS1319.

As mudas de café clonal devem ser dos clones 08, AS2, 25, LB15 e R22.

Todas as mudas devem estar livres de doenças e pragas, apresentando fitossanidade comprovada.

As mudas devem ter altura e estar em condições ideais para o plantio imediato.

- **Produção e Origem**

As mudas devem ser produzidas em viveiros certificados, com histórico comprovado de produção de qualidade.





ESTADO DE RONÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Devem ser provenientes de regiões com condições climáticas e de solo semelhantes às do município, para garantir a adaptação.

As empresas deverão apresentar o Registro Nacional de Sementes e Mudanças RENASEM.

- **Embalagem e Transporte**

As mudas devem ser embaladas de forma adequada para garantir sua integridade durante o transporte. O transporte deve garantir a manutenção das condições ideais de temperatura e umidade.

Requisitos Administrativos

O fornecedor deve apresentar toda a documentação necessária para a habilitação, incluindo CNPJ, certidões negativas de débito, alvará de funcionamento e comprovante de regularidade fiscal.

Requisitos de Capacidade Técnica e Experiência

- **Histórico do Fornecedor**

O fornecedor deve possuir experiência comprovada na produção e fornecimento de mudas clonais de cacau e café.

Deve apresentar referências de pelo menos três contratos anteriores de fornecimento de mudas clonais, preferencialmente para programas governamentais ou grandes produtores.

- **Certificações**

O fornecedor deve apresentar certificação fitossanitária das mudas emitida por órgão competente. Certificação de qualidade do viveiro produtor.

- **Conformidade Técnica**

As propostas serão avaliadas quanto à conformidade técnica com os requisitos especificados.

- **Experiência e Capacidade do Fornecedor**

A experiência e a capacidade do fornecedor serão avaliadas com base nas referências e certificações apresentadas.

Requisitos de Elegibilidade das Empresas

Devido à importância da sanidade das mudas, somente empresas localizadas a até 200 km de distância da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO poderão concorrer. Além disso, a empresa vencedora deverá fornecer a Permissão de Trânsito Vegetal até as propriedades fornecidas pelo DAADR/SEMINFRA.

Requisitos de Entrega

A entrega das mudas de cacau e café será realizada pelas empresas vencedoras do processo de licitação, seguindo um rigoroso controle de qualidade.

- **Vistoria Inicial**

A equipe do DAADR/SEMINFRA realizará uma vistoria no endereço da empresa vencedora para avaliar a qualidade das mudas antes do transporte.

- **Transporte das Mudanças**

Após a avaliação inicial, a equipe do DAADR/SEMINFRA buscará as mudas no endereço da empresa vencedora e as transportará até o Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

- **Avaliação Final**

No Almoxarifado Central, as mudas serão submetidas a uma avaliação final pelos servidores responsáveis para assegurar a conformidade com os critérios de qualidade exigidos.

Somente após a aprovação dos servidores do Almoxarifado Central será efetuado o pagamento à empresa fornecedora.





ESTADO DE RONÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Estes requisitos visam garantir que a contratação para o fornecimento de mudas de cacau clonal e café clonal atenda às necessidades dos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro", promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município.

6. Levantamento de mercado

6.1. O levantamento de mercado leva em consideração o objeto em relação ao ofertado no mercado. Por se tratar de serviços comuns na Administração Pública, é frequente a contratação por órgãos públicos de objetos similares, isto porque há uma ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento, sendo um mercado amplo e difuso.

O levantamento de mercado apresentou as seguintes opções para a contratação:

1. Aquisição através de ata de registro de preços (carona);
2. Aquisição através de dispensa de licitação;
3. Aquisição através de pregão eletrônico;

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução proposta visa garantir a aquisição de mudas de alta qualidade, com um equilíbrio adequado entre custo e tempo de entrega, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO. A contratação permitirá uma implementação eficiente e eficaz dos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro", beneficiando diretamente os pequenos produtores e contribuindo para o fortalecimento da economia local. A contratação será realizada considerando as seguintes opções:

a) Aquisição através de ata de registro de preços;

b) Aquisição através de dispensa de licitação;

c) Aquisição através de pregão eletrônico.

A ata de registro de preços permite a adesão a uma licitação já realizada por outro órgão, aproveitando as condições e preços registrados. Esta modalidade oferece agilidade na contratação e a possibilidade de aproveitar preços competitivos obtidos em processos licitatórios anteriores.

Vantagens:

Rapidez no processo de contratação.

Preços potencialmente mais baixos devido ao volume de compra registrado.

Menor complexidade administrativa.

Desvantagens:

a) Aquisição através de ata de registro de preços

Limitação às condições e fornecedores registrados na ata, que podem não atender completamente às necessidades específicas do projeto.





ESTADO DE RONÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Dependência da disponibilidade de atas vigentes e adequadas às necessidades.

Menor possibilidade de negociação de condições.

b) Aquisição através de dispensa de licitação

A dispensa de licitação é uma modalidade que permite a contratação direta de serviços em situações específicas previstas em lei, como emergências ou quando o valor do contrato não ultrapassa o limite estabelecido.

Vantagens:

Processo de contratação rápido e simplificado.

Flexibilidade na escolha do fornecedor.

Menos burocracia.

Desvantagens:

Possibilidade de preços mais altos devido à ausência de competição.

Necessidade de justificativa clara e conforme a legislação.

c) Aquisição através de pregão eletrônico

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação que ocorre de forma eletrônica, permitindo ampla participação de fornecedores e competitividade nos preços. Esta opção é indicada para garantir transparência e eficiência na contratação.

Vantagens:

Ampla Concorrência: Permite a participação de muitos fornecedores, o que aumenta a competitividade e pode resultar em melhores preços e condições.

Transparência: O processo eletrônico garante transparência e controle, reduzindo a possibilidade de fraudes e favorecimentos.

Eficiência: A modalidade eletrônica facilita a participação de fornecedores de diversas localidades, agilizando o processo e permitindo uma comparação mais eficaz das propostas.

Melhor Relação Custo-Benefício: Com a ampla participação e competitividade, é mais provável que se obtenha uma solução de alta qualidade por um preço justo.

Flexibilidade e Inovação: A modalidade permite o uso de recursos tecnológicos avançados para gestão e acompanhamento do processo licitatório, garantindo maior eficiência.

Desvantagens:

Processo mais longo em comparação às outras opções.





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Necessidade de gestão e acompanhamento mais detalhados do processo.

Considerações Finais

Após análise das opções disponíveis, a aquisição em pregão eletrônico através de registro de preço é a solução mais adequada para garantir a transparência, competitividade e melhor relação custo-benefício na compra de mudas de cacau clonal e café clonal. O pregão eletrônico permite uma ampla participação de fornecedores, promovendo condições comerciais mais favoráveis e assegurando a conformidade com os requisitos técnicos e financeiros estabelecidos. Este processo garante a melhor relação custo-benefício, cumprindo com os requisitos técnicos e financeiros estabelecidos, e assegurando a qualidade das mudas entregues aos pequenos produtores.

O registro de preços garante flexibilidade e eficiência no atendimento das necessidades dos produtores, assegurando que as mudas sejam plantadas nos momentos ideais, maximizando os benefícios para os programas e promovendo o desenvolvimento econômico e social sustentável no município.

8. Estimativa das quantidades a serem contratadas

8.1. A quantidade e a especificação dos objetos a serem contratados de acordo com a distribuição do cronograma, conforme constam no DFD, foi estabelecida conforme critérios técnicos, definidos pelo setor responsável, como suficientes para atender à demanda do DAADR/SEMINFRA.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor estimado para esta aquisição é de R\$ 925.000,00 (Novecentos e vinte e cinco mil reais), considerando a demanda estimada pelo período de 12 (doze) meses.

É importante ressaltar que este valor está sujeito a alterações, uma vez que será necessário realizar uma nova análise de mercado e pesquisa de preços atualizados pelo departamento responsável, a fim de determinar o custo definitivo estimado.

10. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

10.1. A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será **POR ITEM**, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do item visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do item, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

A entrega dos materiais no almoxarifado será de forma parcelada de acordo com a necessidade do setor requisitante.

Optar pela licitação por item para a aquisição das mudas de cacau clonal e café clonal é a estratégia mais eficiente e vantajosa para o DAADR. Essa abordagem maximiza a economia de escala, simplifica a gestão administrativa e logística, garante a uniformidade das mudas e facilita o controle de qualidade. Dessa forma, assegura-se que os programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro" recebam mudas de alta qualidade, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

11.1. Não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para aquisição das





ESTADO DE RORÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

mudas, já que a secretaria conta com a infraestrutura para distribuição aos produtores rurais.

12. Alinhamento entre a contratação e o planejamento

12.1. O município ainda não regulamentou e publicou o Plano Anual de Contratações (PCA) e está em processo de capacitação para sua correta implementação. As secretarias já estão tomando providências para que, no próximo exercício, todas as contratações estejam devidamente alinhadas e incluídas no PCA. Este esforço inclui a elaboração de um cronograma detalhado, a definição de prioridades e a identificação das necessidades de cada Secretaria.

Diante do exposto, a não inclusão desta contratação no PCA atual é justificada pela ausência de regulamentação e publicação do plano, o processo de capacitação em andamento. As providências necessárias estão sendo tomadas para que, no próximo exercício, todas as contratações estejam devidamente alinhadas e regulamentadas pelo PCA, garantindo assim a eficiência e a transparência dos processos de aquisição no município.

13. Resultados pretendidos

13.1. A eventual aquisição das mudas de cacau clonal e mudas de café clonal pode trazer uma série de benefícios significativos para os produtores rurais e a comunidade em geral. Alguns dos benefícios esperados são:

Aumento da Produtividade Agrícola

Alta Produtividade: Os clones selecionados de cacau e café são conhecidos por sua alta produtividade. Isso significa que os agricultores podem obter maiores rendimentos por hectare plantado, aumentando a eficiência de suas operações agrícolas.

Melhoria da Qualidade: As mudas clonais são desenvolvidas para produzir grãos de alta qualidade, o que pode resultar em produtos finais com maior valor de mercado.

Sustentabilidade Econômica

Geração de Renda: Com maior produtividade e qualidade, os agricultores podem aumentar sua renda. Isso contribui para a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Estabilidade Econômica: A diversificação e melhoria da produção agrícola ajudam a estabilizar a economia local, reduzindo a dependência de culturas menos rentáveis.

Desenvolvimento Rural e Social

Emprego e Empreendedorismo: A necessidade de cuidar das mudas e da produção gera empregos diretos e indiretos, estimulando o empreendedorismo local.

Fortalecimento da Comunidade: A melhoria das condições econômicas dos agricultores contribui para o fortalecimento das comunidades rurais, promovendo o desenvolvimento social.

Sustentabilidade Ambiental

Práticas Agrícolas Sustentáveis: As mudas clonais são geralmente mais resistentes a pragas e doenças, o que reduz a necessidade de uso de pesticidas e promove práticas agrícolas mais sustentáveis.

Preservação do Solo e Água: O manejo adequado das plantações clonais contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos, beneficiando o ecossistema local.

Fortalecimento das Cadeias Produtivas

Integração com o Mercado: A produção de cacau e café de alta qualidade pode abrir novas oportunidades de mercado, tanto locais quanto internacionais, fortalecendo as cadeias produtivas.





ESTADO DE RORÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Valorização dos Produtos: Produtos de maior qualidade têm maior valor agregado, o que pode resultar em preços mais altos e reconhecimento no mercado.

Benefícios para a Comunidade em Geral

Desenvolvimento Regional: A melhoria da produção agrícola contribui para o desenvolvimento econômico regional, beneficiando a comunidade em geral.

Promoção da Agricultura Familiar: O apoio à agricultura familiar promove a inclusão social e econômica, garantindo que pequenos produtores tenham acesso a oportunidades de crescimento.

Conclusão: A aquisição de mudas de cacau clonal e mudas de café clonal proporciona uma série de benefícios significativos para os produtores rurais e a comunidade em geral. Esses benefícios vão desde o aumento da produtividade e geração de renda até a promoção da sustentabilidade ambiental e fortalecimento das cadeias produtivas. Assim, contribui-se para o desenvolvimento econômico e social sustentável da Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

14. Providências a serem adotadas pela Administração

14.1. Antes da celebração do contrato para a aquisição das mudas de café e cacau clonal, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e o Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (DAADR) devem adotar diversas providências para garantir a conformidade e eficácia do processo. As principais providências incluem:

- **Planejamento e Definição de Requisitos**

Definição de Especificações Técnicas

Detalhamento das Mudas: Especificar claramente os clones de cacau (CCN51 e PS1319) e café (08, AS2, 25, LB15, R22), incluindo características de cada clone, tamanho mínimo, condições fitossanitárias, e outros requisitos técnicos.

Volume e Prazos: Definir a quantidade total de mudas de cacau e de café e os prazos para entrega, levando em consideração a melhor época para o plantio.

Elaboração do Edital de Licitação

Clareza e Transparência: Redigir um edital que seja claro e transparente, detalhando todas as condições de participação, critérios de avaliação e seleção, prazos, e penalidades em caso de não conformidade.

Conformidade Legal**: Assegurar que o edital esteja em conformidade com as leis e regulamentos de licitações públicas.

- **Consulta e Levantamento de Mercado**

Identificação de Fornecedores Potenciais

Pesquisa de Mercado: Realizar um levantamento detalhado de fornecedores potenciais de mudas clonais de cacau e café, verificando sua capacidade técnica, experiência e histórico de fornecimento.

Consulta Prévia: Consultar outras prefeituras ou órgãos que tenham realizado aquisições semelhantes para obter referências e recomendações de fornecedores confiáveis.

- **Preparação e Capacitação**

Treinamento da Equipe

Capacitação Técnica: Preparar a equipe do DAADR, incluindo técnicos especializados em cacauicultura e





ESTADO DE RONÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

cafeicultura, para realizar a avaliação e inspeção das mudas.

Procedimentos de Vistoria: Estabelecer procedimentos detalhados para a vistoria inicial, transporte e avaliação final das mudas.

Planejamento Logístico

Planejamento de Transporte: Planejar a logística de transporte das mudas desde o fornecedor até o Almoxarifado Central e, posteriormente, até as propriedades dos produtores.

Coordenação com Produtores: Coordenar com os produtores cadastrados nos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro" para assegurar que estão preparados para receber e plantar as mudas.

- **Procedimentos de Controle de Qualidade**

Definição de Critérios de Qualidade

Padrões de Qualidade: Estabelecer critérios claros de qualidade para as mudas, incluindo saúde fitossanitária, tamanho mínimo e conformidade com as especificações técnicas.

Documentação Necessária: Exigir que os fornecedores apresentem certificações fitossanitárias e outros documentos que comprovem a qualidade das mudas.

Inspeção e Avaliação

Vistoria Inicial: Realizar inspeções no viveiro do fornecedor para avaliar as condições de produção e a qualidade das mudas antes do transporte.

Avaliação Final: Submeter as mudas a uma avaliação final no Almoxarifado Central para assegurar que atendem aos critérios de qualidade antes de serem distribuídas aos produtores.

- **Formalização do Contrato**

Assinatura e Registro

Assinatura Formal: Assegurar que a Ata de Registro de Preço seja devidamente assinado pelas partes envolvidas e registrado nos órgãos competentes.

Publicação: Publicar conforme exigido por lei para garantir transparência e conformidade com as normas de licitação pública.

Conclusão: Essas providências garantirão que a aquisição das mudas de cacau clonal e café clonal seja realizada de maneira eficiente, transparente e conforme as normas legais, promovendo o sucesso dos programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro" e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Impactos Ambientais

A aquisição das mudas de café e cacau clonal pode ter alguns impactos ambientais. A seguir, detalhamos esses possíveis impactos e as medidas de mitigação a serem adotadas:

- **Desmatamento e Perda de Biodiversidade**

Impacto: A expansão de áreas de cultivo pode levar ao desmatamento de áreas florestais, resultando na perda de habitats naturais e redução da biodiversidade.

Medida de Mitigação: Incentivar o uso de áreas já desmatadas ou degradadas para o plantio das mudas. Promover práticas de agrofloresta, que combinam cultivo agrícola com a preservação de árvores nativas, ajudando a manter a biodiversidade.





ESTADO DE RORÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

- **Degradação do Solo**

Impacto: O manejo inadequado das culturas de café e cacau pode causar erosão do solo, perda de nutrientes e compactação, afetando a saúde do solo a longo prazo.

Medida de Mitigação: Implementar práticas de manejo sustentável do solo, como rotação de culturas, uso de adubação orgânica e cobertura do solo com plantas de cobertura. Realizar capacitações para os produtores sobre essas práticas.

- **Uso de Agrotóxicos e Produtos Químicos**

Impacto: O uso excessivo ou inadequado de agrotóxicos e fertilizantes químicos pode contaminar o solo e os recursos hídricos, afetando a saúde do ecossistema e das comunidades locais.

Medida de Mitigação: Promover o uso de práticas de controle biológico de pragas e doenças, reduzir o uso de produtos químicos e incentivar o uso de alternativas orgânicas. Realizar treinamentos sobre o uso seguro e adequado de agrotóxicos.

- **Consumo de Água**

Impacto: O cultivo intensivo de café e cacau pode aumentar a demanda por água, afetando os recursos hídricos locais, especialmente em áreas com disponibilidade limitada de água.

Medida de Mitigação: Incentivar a implementação de sistemas de irrigação eficiente, como a irrigação por gotejamento, que reduz o consumo de água. Promover práticas de conservação de água, como a captação e armazenamento de água da chuva.

- **Impacto na Fauna Local**

Impacto: A expansão das áreas de cultivo pode alterar os habitats de espécies locais, impactando a fauna da região.

Medida de Mitigação: Manter áreas de vegetação nativa como corredores ecológicos para permitir o deslocamento e a preservação da fauna local. Implementar práticas de manejo que minimizem o impacto sobre a fauna.

- **Emissões de Gases de Efeito Estufa**

Impacto: A preparação do solo e o uso de fertilizantes podem resultar na emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas.

Medida de Mitigação: Promover o uso de práticas agrícolas que capturem carbono, como a agrofloresta e o uso de adubação orgânica. Incentivar a redução do uso de fertilizantes químicos e a adoção de técnicas de agricultura de baixo carbono.

A aquisição e o plantio de mudas de café e cacau clonal, quando realizados de forma responsável e sustentável, podem minimizar os impactos ambientais negativos. A adoção de práticas agrícolas sustentáveis, a capacitação dos produtores e a implementação de medidas de mitigação são fundamentais para garantir que o desenvolvimento da agricultura familiar na Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO ocorra de maneira harmoniosa com o meio ambiente. Assim, é possível promover o desenvolvimento econômico e social da região, ao mesmo tempo em que se preserva e protege os recursos naturais para as futuras gerações.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação proposta com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Conclusão: A viabilidade na aquisição proposta é viável e beneficia a SEMINFRA e o DAADR, em termos de





ESTADO DE RORÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

legalidade, eficiência, qualidade, economia e sustentabilidade.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1. A aquisição das mudas de cacau clonal e café clonal apresenta uma série de benefícios e é plenamente viável por diversos motivos fundamentais:

Atendimento às Necessidades

- A aquisição das mudas é essencial para os programas "Cacau de Ouro" e "Café de Ouro", que visam promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

Benefícios Esperados

- Aumento da produtividade agrícola.
- Melhoria da qualidade dos produtos.
- Geração de renda e estabilidade econômica para os agricultores familiares.
- Desenvolvimento social e econômico da comunidade.
- Práticas agrícolas sustentáveis e conservação ambiental.

Planejamento Adequado

- Definição clara de requisitos técnicos.
- Levantamento de mercado e identificação de fornecedores potenciais.
- Procedimentos de controle de qualidade e capacitação técnica.
- Planejamento logístico eficiente.

Impactos Ambientais e Medidas de Mitigação

- Identificação dos possíveis impactos ambientais e estabelecimento de medidas de mitigação, garantindo a sustentabilidade das práticas agrícolas adotadas.

Escolha da Modalidade de Licitação

- A opção pela licitação em item garante maior eficiência, redução de custos administrativos, melhores condições comerciais e logística simplificada.

A aquisição das mudas de cacau clonal e café clonal é viável e estrategicamente alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e da comunidade local. A implementação das medidas planejadas assegura que a contratação atenderá aos requisitos técnicos e financeiros, promovendo benefícios econômicos, sociais e ambientais significativos para a Estância Turística Ouro Preto do Oeste - RO.

17. Análise e Aprovação

17.1. Após uma análise detalhada e criteriosa, o gestor da SEMINFRA e do DAADR aprova o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a aquisição das mudas de café e cacau clonal. Esta aprovação se baseia na certeza de que a solução proposta não apenas atende às necessidades imediatas da instituição, mas também posiciona a SEMINFRA/DAADR de maneira estratégica para enfrentar os desafios futuros relacionados agricultura familiar.

Todas as assinaturas eletrônicas presentes neste documento estão em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 4º do Decreto nº 10.543, datado de 13 de novembro de 2020.

Cumprir informar que este Estudo Técnico Preliminar se encontra devidamente preparado para ser incorporado ao processo administrativo pertinente à contratação do objeto em questão.





ESTADO DE RONÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
GERENCIA EXEC. E CONT. DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Ouro Preto do Oeste, 03 de setembro de 2024.

Elaborado por:

Janete Reis da Silva Brito
Agente de Apoio Administrativo

Analizado e Aprovado por:

Thiago Bortolo de Carvalho
Diretor do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Fábio Aparecido Ferreira da Silva
Assessor Especial da SEMINFRA





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico	MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL	03/09/2024

ID:	986732	Processo	Documento
CRC:	73715A48		
Processo:	1-3225/2024		
Usuário:	Luisa Fagundes de Almeida		
Criação:	03/09/2024 07:40:10	Finalização:	03/09/2024 07:41:11

MD5:	B77FD54F5340E2D0D3B1019BFBF92BC4
SHA256:	97B5CA2842AA1F2495F2C228DD19B8DDDFCA20062D5BDC344D8256920521F3D7

Súmula/Objeto:

ESTUDO TECNICO

INTERESSADOS

ORGÃO GERENCIADOR DO SRP	OURO PRETO DO OESTE	RO	03/09/2024 07:40:10
--------------------------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

Aquisição de Mudan Clonais de Café e Cacau	03/09/2024 07:40:10
--	---------------------


ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Janete Reis da Silva Brito	Agente de Apoio Administrativo	03/09/2024 08:00:49
--	----------------------------	--------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

	Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	03/09/2024 08:12:43
--	-----------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

	Alvaro Emanuel Alves da Silva	DEPART. DE AGRIC.ABAST.E DESERV.RURAL	03/09/2024 08:20:50
--	-------------------------------	---------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 986732 e o CRC 73715A48.



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -SEMAD

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Lei 14.133/2021

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)
X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Entende-se por ação preventiva ações a serem tomadas com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos. Ações de contingência, no entanto, são ações a serem tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

1. Informações Básicas

OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ E CACAU CLONAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE.
PROC. Nº	3225/GRP/2024

PROBABILIDADE	
FREQUÊNCIA	SIGNIFICADO
RARÍSSIMA	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.
RARA	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.
EVENTUAL	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores no processo de contratação.
FREQUENTE	Evento que se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro, de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, senod evidente, mesmo para os que não fazem parte do processo de contratação.

IMPACTO	SIGNIFICADO
IRRELEVANTE	Degradação na operação do processo de contratação, porém, causando impactos mínimos para o órgão (Ex: termos financeiros, danos à imagem, afetação na qualidade do processo de contratação)
POUCO RELEVANTE	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos ao órgão gestor.
RELEVANTE	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão, porém passível de reparação.
MUITO RELEVANTE	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão.





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -SEMAD

2. Análise de Risco

2.1 Essa análise permite a identificação, avaliação e o gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão do contrato. Para cada risco identificado, define-se: probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis potenciais danos, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

2.2 Após a identificação e classificação, realiza-se a análise qualitativa e quantitativa dos riscos. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

2.3 A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados na fase de planejamento e na gestão do contrato.

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIA
1 - Qualidade das mudas	Eventual	Muito relevante
2 - Atraso na entrega	Eventual	Relevante
3 - Problemas fitossanitários	Frequente	Muito relevante
4 – Resistência dos produtores	Rara	Pouco relevante
5 - Falta de infraestrutura para plantio	Rara	Relevante

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIA	NÍVEL
1- Qualidade das mudas	Eventual	Muito relevante	Extremo
2 – Atraso na entrega	Eventual	Pouco relevante	Alto
3 – Problemas fitossanitários	Frequente	Relevante	Extremo
4 – Resistência dos produtores	Rara	Muito relevante	Alto
5- Falta de infraestrutura para plantio	Rara	Relevante	Médio

3. Estimativa do nível de Risco

3.1 O nível de cada risco é estabelecido pela combinação da consequência ocasionada e a probabilidade de ocorrer.

3.2 A tabela a seguir, classifica os riscos identificados por sua relevância.

Consequência	Avaliação do Risco			
MUITO RELEVANTE	Médio	Alto	Extremo	Extremo
RELEVANTE	Baixo	Médio	Alto	Extremo
POUCO RELEVANTE	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
IRRELEVANTE	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	PROBABILIDADE			

4. Ações Sugeridas

Quanto aos riscos identificados, sugere-se as seguintes ações:

Risco Identificado	Dano	Ação Preventiva	Ação de Contingência
1- Qualidade das mudas	Baixa	Realizar vistorias e	Substituição das mudas que





ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO -SEMAD

	produtividade e possível perda da safra	inspeções nas instalações dos fornecedores antes da compra. Definir critérios claros de qualidade no edital de licitação.	não atendem aos critérios de qualidade. Aplicação de penalidades contratuais aos fornecedores.
2- Atraso na entrega	Impacto no calendário de plantio e desenvolvimento dos projetos	Estabelecer prazos realistas e penalidades contratuais para atrasos. Monitorar continuamente o cronograma de entrega com os fornecedores.	Reorganizar o cronograma de plantio para minimizar o impacto dos atrasos.
3- Problemas fitossanitários	Propagação de pragas e doenças nas propriedades dos produtores	Exigir certificação fitossanitária dos fornecedores. Realizar inspeções sanitárias rigorosas antes a entrega das mudas.	Isolar e destruir as mudas contaminadas. Aplicar medidas de controle e erradicação de pragas e doenças.
4 – Resistência dos produtores	Dificuldade na implementação dos projetos e na adoção das novas mudas	Engajar os produtores desde o início do projeto. Realizar reuniões informativas e visitas técnicas para demonstrar os benefícios das mudas clonais.	Desenvolver campanhas de conscientização de incentivos para adoção das novas mudas. Fornecer suporte técnico adicional para os produtores resistentes.
5- Falta de infraestrutura para plantio	Baixa produtividade e possível perda das mudas	Realizar análise de solo e avaliação das áreas de plantio antes da distribuição das mudas.	Reorientar os produtores sobre adequação das áreas de plantio. Realocar mudas para áreas mais adequadas, se necessário.

Ouro Preto do Oeste, 03 de setembro de 2024.

Fábio Aparecido Ferreira da Silva
Assessor Especial da SEMINFRA

Thiago Bortolo de Carvalho
Diretor do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural





Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	MUDAS DE CACAU E CAFE CLONAL	03/09/2024

ID: 986745	Processo	Documento
CRC: B1B2261D		
Processo: 1-3225/2024		
Usuário: Luisa Fagundes de Almeida		
Criação: 03/09/2024 07:50:57	Finalização: 03/09/2024 07:53:05	

MD5: 3FD93ED4C4ACB43F58EDEAAB3CA33D92

SHA256: 34D0C3B586876A3BD594BECEBE1A56CDE4A0D21F4E1F5A9AC7F3033916FBE788

Súmula/Objeto:

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTERESSADOS

ORGÃO GERENCIADOR DO SRP	OURO PRETO DO OESTE	RO	03/09/2024 07:50:57
--------------------------	---------------------	----	---------------------


ASSUNTOS

Aquisição de Mudan Clonais de Café e Cacau	03/09/2024 07:50:57
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Fabio Aparecido Ferreira da Silva	Assessor Especial da SEMINFRA	03/09/2024 08:12:43
--	-----------------------------------	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

	Alvaro Emanuel Alves da Silva	DEPART. DE AGRIC.ABAST.E DESERV.RURAL	03/09/2024 08:21:06
--	-------------------------------	---------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br informando o ID 986745 e o CRC B1B2261D.